

JOHN LYONS

LINGUAGEM e

LINGÜÍSTICA

uma introdução

GUANABARA  KOOGAN

Prefácio

Este livro destina-se ao curso 'Lingua(gem) e Lingüística' que damos a alunos do primeiro ano na Universidade de Sussex. Poucos são aqueles que entram na Universidade com o propósito de formar-se em Lingüística. Alguns, cujo interesse despertou com o curso, na realidade transferem-se de outras áreas para a nossa. A maioria, entretanto, segue o programa de graduação na disciplina que originalmente escolheu como área de concentração ao candidatar-se para a admissão na faculdade. Nosso objetivo, portanto, em 'Lingua(gem) e Lingüística', é apresentar aos alunos alguns dos conceitos teóricos e das descobertas empíricas mais importantes da lingüística moderna. Mas queremos adotar um nível técnico relativamente baixo, enfatizando as conexões entre a lingüística e muitas outras disciplinas acadêmicas que, por seus próprios motivos e de acordo com pontos de vista específicos, se interessam pelo estudo da língua. Acredito que este livro venha a ser igualmente adequado para cursos semelhantes a este, que atualmente são dados em muitas universidades, escolas politécnicas e faculdades de educação, tanto aqui quanto no exterior. Da mesma forma espero que seja de algum interesse para o leitor leigo que queira inteirar-se de certos aspectos da lingüística moderna.

Este livro é mais abrangente e menos profundo do que o meu *Introduction to Theoretical Linguistics* (1968). É igualmente menos detalhado no tratamento de muitos tópicos. No entanto, anexeï a cada capítulo uma lista de sugestões para leituras complementares. Ela deverá ser suficientemente ampla para ser usada por conferencistas e professores que farão uma seleção de acordo com seu conhecimento do assunto e suas preferências teóricas; poderão acrescentar à minha lista de livros diversos artigos importantes que, a não ser que tenham sido reimpressos em publicações mais acessíveis, foram excluídos por questões políticas. A bibliografia está concentrada nas sugestões para leituras complementares, representativas da maior parte, senão de todos os pontos de vista. Para o proveito de estudantes que utilizem este livro sem uma orientação especializada, e o auxílio ao leitor leigo interessado em aprofundar-se no assunto, selecionei aproximadamente vinte livros didáticos ou coletâneas de artigos, marcados com um asterisco na Bibliografia. Também aqui, tive o cuidado de escolher um

material representativo — não só dos diferentes pontos de vista teóricos, como também dos diferentes níveis de exposição.

A cada capítulo segue-se uma série de Perguntas e Exercícios. Em alguns casos trata-se de meras revisões, podendo ser solucionadas sem maior pesquisa. Em outros — especialmente naqueles contendo citações de outros trabalhos lingüísticos — o aluno será obrigado a considerar e a avaliar opiniões diferentes daquelas que apresento neste livro. Algumas perguntas são bem difíceis; não espero que seja possível respondê-las sem uma orientação, com base em dez semanas de curso sobre lingüística. Por outro lado, parece-me importante que nesses cursos o indivíduo receba a noção do que seja a Lingüística nos níveis mais avançados, embora não necessariamente mais técnicos; e é impressionante ver o que se pode conseguir com um pouco de maiêutica socrática!

O mesmo comentário se aplica ao problema que acrescentei (no final do capítulo sobre Gramática). Ele foi elaborado por mim há muitos anos, quando lecionava na Universidade de Indiana, e desde então vem sendo utilizado, por mim e por outros, como um exercício bastante complexo, em termos de análise lingüística. Aquele que conseguir apresentar uma solução que satisfaça às exigências de adequação empírica e explanatória em menos de duas horas, será dispensado de ler os capítulos do meio deste livro!

Embora *Lingua(gem) e Lingüística* seja bem diferente de minha *Introduction to Theoretical Linguistics*, é permeado do mesmo sentido de continuidade na teoria lingüística desde seus primórdios até os dias de hoje. Não fiz constar um capítulo sobre a história da lingüística como tal, mas respeitando o espaço disponível, tentei enquadrar algumas das questões mais importantes em seus devidos contextos históricos. Escrevi também um pequeno capítulo sobre o estruturalismo, o funcionalismo e o gerativismo, na lingüística, já que me parece que as relações entre estes movimentos vêm sendo negligenciadas ou distorcidas na maioria dos livros. Particularmente a gramática gerativa, que é comumente confundida, por um lado, com uma certa gramática gerativo-transformacional, formalizada por Chomsky e, por outro lado, com o que chamei aqui de “gerativismo”, também amplamente divulgado por Chomsky. Em um rápido tratamento da questão da gramática gerativa neste livro, como também em meu *Chomsky* (1977a) e em outras ocasiões, tentei manter as distinções necessárias. Pessoalmente, encontro-me totalmente comprometido com os objetivos dos que utilizam gramáticas gerativas como modelos para a descrição — para fins teóricos, mais do que práticos — da estrutura gramatical das línguas naturais. Como ficará patente neste livro, rejeito muitos, embora não todos, os princípios do gerativismo. Contudo, apresentei-os com a maior justiça e objetividade possíveis. Meu propósito constante foi dar pesos iguais

tanto à base cultural quanto à base biológica da linguagem. Recentemente vem-se dedicando uma maior ênfase à esta em detrimento daquela.

Devo registrar aqui os meus agradecimentos aos colegas Dr. Richard Coates e Dr. Gerald Gazdar, que me auxiliaram na elaboração deste livro. Ambos leram todo o manuscrito e fizeram valiosos comentários críticos, além de aconselhar-me em certas áreas em que seus conhecimentos superavam o meu. É dispensável dizer que não são responsáveis por qualquer das opiniões expressas na versão final desta obra, tanto mais que — e alegro-me em afirmá-lo publicamente — ainda discordamos sobre alguns pontos teóricos.

Gostaria igualmente de expressar minha gratidão à minha esposa, que não só me deu o apoio moral e o carinho necessários para que eu escrevesse este livro, como também serviu de modelo como leitora leiga para muitos capítulos, corrigindo ainda para mim a maior parte das provas. Uma vez mais contei com o aconselhamento editorial especializado e compreensivo do Dr. Jeremy Mynott e da Sra. Penny Carter, da Cambridge University Press, a quem agradeço imensamente.

Falmer, Sussex
Janeiro de 1981

1

Linguagem

Linguagem

1.1 O que é a lingua(gem)?

A lingüística é o estudo científico da lingua(gem). À primeira vista esta definição — que se encontra na maior parte dos livros e tratamentos gerais do assunto — é suficientemente direta. Porém, qual o significado exato de “lingua(gem)” e de “científico”? Poderá a lingüística, tal como é praticada atualmente, ser corretamente descrita como uma ciência?

A pergunta “O que é a lingua(gem)?” é comparável — e alguns diriam quase tão profunda quanto — a “O que é a vida?”, cujas pressuposições circunscrevem e unificam as ciências biológicas. Evidentemente, “O que é a vida?” não é o tipo de pergunta que um biólogo tenha constantemente diante de si em seu trabalho cotidiano. Tem uma natureza muito mais filosófica. E, assim como outros cientistas, o biólogo normalmente está por demais imerso nos detalhes de algum problema específico para poder pesar as implicações de questões tão gerais. Contudo, o suposto significado da pergunta “O que é a vida?” — a pressuposição de que todos os seres vivos compartilham de algumas propriedades ou de algum conjunto de propriedades que os distinguem das coisas não-vivas — estabelece os limites das investigações do biólogo e justifica a autonomia, ou a autonomia parcial, de sua disciplina. Embora se possa dizer que a pergunta “O que é a vida?”, neste sentido, fornece à biologia a sua própria razão de ser, não se trata tanto da pergunta em si quanto da interpretação particular que o biólogo a ela atribui e do desvendar de suas implicações mais detalhadas dentro de uma estrutura teórica atualmente aceita que alimentam a pesquisa e as especulações diárias destes cientistas. O mesmo ocorre com o lingüista em relação à pergunta “O que é a lingua(gem)?”.

A primeira observação sobre “O que é a lingua(gem)?” é que a palavra “lingua(gem)” aparece no singular e precedida de artigo definido.☆

☆ A pergunta em questão no original é “What is language?”. Ciente da ambigüidade do termo ‘language’ no inglês, o autor apresenta uma explanação sobre os dois significados possíveis, que em português são dois vocábulos distintos: ‘língua’ e ‘linguagem’. (N. do T.)

Assim formulada, ela difere, gramaticalmente, senão pelo sentido, da pergunta "O que é uma lingua(gem)?" , superficialmente semelhante. Diversas línguas européias têm duas traduções, e não uma, para o vocábulo inglês *language*: haja vista o francês *langage*: *langue*, o italiano *linguaggio*: *lingua* e o espanhol *lenguaje*: *lengua*. Em cada um dos casos, a diferença entre as duas palavras está correlacionada, até certo ponto, com a diferença entre os dois sentidos da palavra inglesa "*language*".[☆] Por exemplo, em francês a palavra *langage* é usada com referência à linguagem em geral, e a palavra *langue* aplica-se às diferentes línguas. De tal forma que o inglês permite a seus falantes dizer de alguma pessoa que não só "*he possesses a language*" ["ele possui uma língua] (inglês, chinês, malaio, suaíli etc.), mas que "*he possesses language*" ["ele é dotado de linguagem"]. Filósofos, psicólogos e lingüistas freqüentemente salientam que é a posse da linguagem o que mais claramente distingue o homem dos outros animais. No presente capítulo analisaremos a essência desta afirmação. Quero enfatizar aqui o fato óbvio, mas importante, de que não se pode possuir (ou usar) a linguagem natural sem possuir (ou usar) alguma língua natural específica.

Acabo de mencionar os termos 'lingua(gem) natural', o que levanta uma outra questão. A palavra 'lingua(gem)' aplica-se não apenas ao inglês, malaio, suaíli etc. — ou seja, ao que todos concordariam em chamar adequadamente de línguas — mas a uma série de outros sistemas de comunicação, notação ou cálculo, sobre o qual se possa discutir. Por exemplo, matemáticos, lógicos e engenheiros de sistemas freqüentemente elaboram, por motivos específicos, sistemas de notação que, legítima ou ilegitimamente chamados de linguagens, são artificiais, e não naturais. É o que acontece, embora seja baseado em línguas naturais preexistentes e seja inequivocamente uma língua, ao esperanto, inventado no final do Século XIX para servir à comunicação internacional. Há outros sistemas de comunicação, tanto humanos como não-humanos, que são sem dúvida naturais ao invés de artificiais, mas que não parecem ser linguagens no sentido estrito do termo, embora a palavra 'linguagem' seja normalmente utilizada para fazer referência a eles. Consideremos expressões como "linguagem de sinalização", "linguagem corporal", ou a "linguagem das abelhas" neste âmbito. A maioria diria que aqui a palavra 'linguagem' está sendo utilizada metaforicamente, ou no sentido figurado. O interessante é que a expressão que traduziria estes casos em francês seria "*langage*" e não "*langue*". O vocábulo francês "*langage*" (como o italiano "*linguaggio*" e o espanhol "*lenguaje*") é mais geral que o outro elemento do par, não só porque é

[☆] Eis por que optamos por traduzir *language* no contexto deste capítulo e de outros a ele referentes como 'lingua(gem)', recurso que aparece inclusive no título deste livro. (N. do T.)

usado para se referir à linguagem em geral, mas também porque é aplicado a sistemas de comunicação, sejam naturais ou artificiais, humanos ou não, para os quais a palavra inglesa "*language*" é empregada, no que parece ser seu sentido mais amplo.

O lingüista a princípio lida com as línguas naturais. A pergunta "O que é a lingua(gem)?" traz em si a pressuposição de que cada uma das milhares de línguas naturais reconhecidas distintas, faladas em todo o mundo, é um caso específico de algo mais geral. O que o lingüista quer saber é se as línguas naturais, todas, possuem em comum algo que não pertença a outros sistemas de comunicação, humano ou não, de tal forma que seja correto aplicar a cada uma delas a palavra "língua", negando-se a aplicação deste termo a outros sistemas de comunicação — exceto na medida em que, assim como o esperanto, eles sejam baseados em línguas naturais preexistentes. Esta será a questão abordada no presente capítulo.

1.2 Algumas definições de 'lingua(gem)'

Não é difícil encontrar definições de lingua(gem). Vejamos algumas. Cada uma das seguintes afirmações sobre a lingua(gem), seja ela uma definição ou não, salienta um ou mais pontos que serão retomados adiante. Todas foram extraídas de trabalhos clássicos de lingüistas famosos. Vistas como um todo, servirão para dar algumas indicações preliminares sobre as propriedades que pelo menos os lingüistas tendem a considerar essenciais à lingua(gem).

(i) Conforme Sapir (1929:8) "A linguagem é um método puramente humano e não instintivo de se comunicarem idéias, emoções e desejos por meio de símbolos voluntariamente produzidos". Tal definição apresenta alguns defeitos. Por mais ampla que seja nossa concepção dos termos "idéia", "emoção" e "desejo", parece claro que há muito que se pode comunicar pela linguagem e que não é coberto por nenhum deles; particularmente "idéia" que é inerentemente impreciso. Por outro lado, há muitos sistemas de símbolos voluntariamente produzidos que só consideramos linguagens no que nos parece um sentido amplo ou metafórico da palavra "linguagem". Por exemplo, o que popularmente se conhece hoje por "linguagem corporal" — fazendo uso de gestos, posturas, olhares etc. — parece satisfazer a este ponto da definição de Sapir. Se se trata de um sistema puramente humano e não-instintivo, já é uma questão aberta a dúvidas. Mas também, como veremos, há que se questionar se as línguas, corretamente assim chamadas, são puramente humanas e não-instintivas. Este é o principal ponto a se considerar na definição de Sapir.

(ii) Em seu *Outline of Linguistic Analysis*, Bloch e Trager (1942:5) escreveram: "Uma língua é um sistema de símbolos vocais arbitrários por

meio dos quais um grupo social co-opera." O que é impressionante nesta definição, em contraste com a de Sapir, é que ela não faz alusão, a não ser indiretamente e por implicação, à função comunicativa da língua(gem). Ao invés disso coloca toda a sua ênfase na função social; fazendo isso, como veremos mais adiante, apresenta uma visão bastante restrita do papel da língua(gem) na sociedade. A definição de Bloch e Trager difere da de Sapir na medida em que salienta a arbitrariedade e explicitamente restringe a língua(gem) à língua falada (com o que a expressão "língua escrita" é contraditória). O termo "arbitrariedade" está sendo usado aqui em uma acepção bastante especial: voltaremos ao assunto brevemente. Também agora é que, no que tange às línguas naturais, há uma estreita ligação entre língua e fala. Logicamente, esta pressupõe aquela: não se pode falar sem usar a língua (isto é, sem falar uma determinada língua), mas é possível usar a língua sem falar. No entanto, dado que a língua é logicamente independente da fala, há boas razões para se dizer que, nas línguas naturais tais como as conhecemos, a fala é historicamente, e talvez biologicamente, anterior à escrita. E esta é a posição da maior parte dos lingüistas.

(iii) Em seu *Essay on Language*, Hall (1968:158) nos diz que a língua(gem) é "a instituição pela qual os humanos se comunicam e interagem uns com os outros por meio de símbolos arbitrários orais-auditivos habitualmente utilizados". Dentre os pontos a considerar aqui, primeiramente, está o fato de que são introduzidos nesta definição os fatores comunicação e "interação" (sendo a interação mais ampla e, a este respeito, melhor que "co-operação"), e, em segundo lugar, o fato de que o termo "oral-auditivo" pode ser tomado *grosso modo* como um equivalente de "vocal", diferindo apenas na medida em que oral-auditivo faz referência ao ouvinte bem como ao falante (isto é, ao receptor bem como ao emissor dos sinais vocais como ao falante (isto é, ao receptor bem como ao emissor dos sinais vocais como enunciados lingüísticos). Hall, como Sapir, trata a linguagem como instituição puramente humana; e o termo "instituição" explicita a visão de que a língua que é usada por uma determinada sociedade é parte da cultura daquela sociedade. A propriedade da arbitrariedade é, novamente, digna de ser mencionada.

O mais notável da definição de Hall, entretanto, é o emprego que faz do termo "habitualmente utilizados"; e há razões históricas para tal. A lingüística e a psicologia da linguagem foram fortemente influenciadas, durante aproximadamente trinta anos, especialmente nos Estados Unidos, pelas teorias de estímulo e resposta dos behavioristas; e dentro do quadro teórico do behaviorismo o termo "hábito" ganhou uma conotação um tanto especial. Foi usado para referir-se a partes do comportamento identificáveis como sendo resposta estatisticamente previsíveis a determinados estímulos. Muito do que não poderíamos normalmente conceber como uma questão de hábito entrou no escopo da terminologia behaviorista; e

muitos livros de lingüística refletem este uso mais ou menos técnico do termo, por cuja adoção se comprometem, ao menos por implicação, com alguma das versões da teoria de estímulo e resposta aplicada ao uso e à aquisição da linguagem. Hoje geralmente se aceita que tal teoria é, senão totalmente inaplicável, muito pouco aproveitável tanto na lingüística quanto na psicologia da linguagem.

Hall possivelmente utiliza os "símbolos" lingüísticos para referir-se aos sinais vocais que são na realidade transmitidos do emissor para o receptor no processo de comunicação e interação. Mas agora é evidente que não há qualquer acepção do termo "hábito", seja técnica ou não, em que se possa dizer que um enunciado lingüístico seja em si um hábito, ou construído por meio de um hábito. Se a palavra "símbolo" estiver sendo usada para referir-se não a enunciados lingüísticos, mas a palavras ou sintagmas de que estes se compõem, ainda assim seria errôneo afirmar que um falante utiliza tal vocábulo, por uma questão de hábito, em tal e tal ocasião. Um dos fatos mais importantes da linguagem é que não há, em geral, qualquer conexão entre as palavras e as situações em que são utilizadas, de tal forma que a ocorrência de determinados vocábulos seja previsível, como se prevê um comportamento habitual, a partir das próprias situações. Por exemplo, não temos o hábito de produzir um enunciado contendo a palavra pássaro a cada vez que nos encontramos em uma situação na qual vemos um pássaro; na realidade nossa probabilidade de usar a palavra 'pássaro' nesta situação não é maior do que a de utilizá-la em qualquer outro contexto. Como veremos mais tarde, a linguagem é independente de estímulo.

(iv) Robins (1979a:9-14) não oferece uma definição formal de língua(gem); com razão ele aponta que tais definições "tendem a ser triviais e a não trazer grande informação, a menos que pressuponham ... alguma teoria geral da linguagem e da análise lingüística". Entretanto, ele lista e discute uma série de fatos mais salientes dos quais "se deve dar conta em qualquer teoria da linguagem que se queira levar a sério". Em várias edições sucessivas deste livro-padrão, o autor ressalta que as línguas são "sistemas de símbolos ... quase totalmente baseados em convenções puras ou arbitrarias", enfatizando contudo sua flexibilidade e adaptabilidade.¹ É possível que não haja incompatibilidade lógica entre a visão de que as línguas são sistemas de hábitos ('hábito' tomado em um sentido especial) e a visão expressa por Robins. Afinal é concebível que um sistema de hábitos venha a se alterar com o tempo, respondendo às mudanças nas necessida-

¹ Em edições anteriores (1964:14; 1971:13) diz o seguinte: "As línguas possuem infinita capacidade de extensão e modificação, conforme variem as necessidades e condições de seus falantes." Na edição mais recente substituiu-se "infinita capacidade de extensão" por "adaptabilidade".

des de seus usuários. Porém o termo 'hábito' não é comumente associado ao comportamento adaptável. Mais tarde deveremos examinar um pouco mais de perto a noção de extensibilidade infinita. Veremos então que será necessário traçar uma distinção entre a capacidade de ampliação e modificação de um sistema e a capacidade de ampliação e modificação dos produtos daquele sistema. Também é importante reconhecer que, no que tange ao sistema, alguns tipos de ampliação e modificação são teoricamente mais interessantes que outros. Por exemplo, o fato de que o vocabulário de uma língua possa sempre crescer-se de novas palavras é teoricamente muito menos importante do que o fato de que possam surgir, como de fato surgem, novas construções gramaticais, ao longo do tempo. Uma das questões centrais da lingüística é investigar se há limites para a realização dessas modificações e, se houver, quais são eles.

(v) A última definição a ser citada aqui aborda um campo muito diferente; "Doravante considerarei uma lingua(gem) como um conjunto (finito ou infinito) de sentenças, cada uma finita em comprimento e construída a partir de um conjunto finito de elementos." Tal definição foi tirada de *Syntactic Structures* de Chomsky (1957:13), cuja publicação lançou o movimento conhecido como gramática transformacional. Ao contrário das outras definições, pretende abranger muito mais do que as línguas naturais. Mas, de acordo com Chomsky, todas as línguas naturais são, seja na forma falada, seja na escrita, linguagens, no sentido de sua definição: uma vez que (a) toda língua natural possui um número finito de sons (e um número finito de letras em seu alfabeto — considerando que tenha um sistema alfabético para a escrita); e (b), embora possa haver um número infinito de sentenças distintas na língua, cada sentença pode ser representada como uma seqüência finita desses sons (ou letras). É tarefa do lingüista que descreva alguma língua natural determinar quais das seqüências finitas de elementos são sentenças, e quais não são. É tarefa do lingüista teórico que interpreta a pergunta "O que é a lingua(gem)?" como "O que é a língua natural?" descobrir, se puder, as propriedades estruturais, se houver, pelas quais as línguas naturais diferem do que, contrastando com elas, podem se chamar línguas não-naturais.

Chomsky acredita — e vem enfatizando cada vez mais esse fato em seus trabalhos mais recentes — que não só tais propriedades estruturais realmente existem, mas que são de tal forma abstratas, complexas e altamente específicas quanto a seus propósitos, que não poderiam absolutamente ser aprendidas a partir do nada por uma criança às voltas com o problema da aquisição de sua língua materna. Devem ser de alguma forma conhecidas pela criança, antes e independentemente de sua experiência com qualquer língua natural, sendo usadas no processo de aquisição da linguagem. É por manter este ponto de vista que Chomsky se diz ser racionalista, ao invés de empirista. Voltaremos a este ponto (v. 7.4).

A definição chomskiana de 'lingua(gem)' foi citada aqui em grande parte pelo contraste que estabelece com as outras, tanto no estilo quanto no conteúdo. Não menciona a função comunicativa das línguas, naturais ou não; não diz nada sobre a natureza simbólica dos elementos ou de suas seqüências. Seu objetivo é chamar a atenção para as propriedades puramente estruturais das lingua(gens) e sugerir que tais propriedades podem ser investigadas numa perspectiva matematicamente precisa. A maior contribuição de Chomsky para a lingüística foi ter atribuído ênfase especial ao que chama de dependência estrutural dos processos pelos quais se constroem as sentenças nas línguas naturais e ter formulado uma teoria geral da gramática que se baseia em uma definição particular desta propriedade (v. 4.6).

As cinco definições de "lingua(gem)" aqui citadas e brevemente discutidas serviram para introduzir algumas das propriedades que alguns lingüistas consideraram como traços essenciais das línguas tais quais as conhecemos. A maioria deles adotou a visão de que as línguas são sistemas de símbolos projetados, por assim dizer, para a comunicação. E é assim que abordaremos as línguas, mais adiante, na seção intitulada 'O ponto de vista semiótico': a semiótica, como veremos, é a disciplina, ou o ramo de estudos, que se dedica à investigação do comportamento simbólico e comunicativo. A questão que nos interessará então será saber se há alguma propriedade, ou conjunto de propriedades, que distinga as línguas naturais de outros sistemas semióticos. Algumas das propriedades citadas foram a arbitrariedade, a flexibilidade e capacidade de modificação, independência de estímulo, e dependência estrutural. Em tempo, outras serão acrescentadas a esta lista. A relação entre língua e fala será tratada em 1.4.

1.3 Comportamento lingüístico e sistemas lingüísticos

É hora, portanto, de traçarmos algumas distinções necessárias no sentido do termo 'lingua(gem)'. Já me referi anteriormente à distinção entre linguagem em geral (*langage*, para usar o termo francês) e uma língua particular (*langue*). O adjetivo "lingüístico" é semelhantemente ambíguo (mesmo quando relacionado à linguagem ao invés da lingüística). Por exemplo, a expressão "competência lingüística" [*language competence*], que foi empregada por Chomsky e outros, que o seguiram, referindo-se ao domínio que uma pessoa tem de uma determinada língua, é construída com a mesma naturalidade para significar, em inglês, a capacidade ou a facilidade que uma pessoa poderia ter na aquisição ou uso não de uma língua, mas da linguagem. (E sempre que a palavra 'language' é usada em posição adjetiva, em substantivos compostos, apresenta o mesmo tipo de ambigüidade: veja-se '*language-competence*', '*language-acquisition*'). Na maioria das vezes a ambigüidade não traz maiores conseqüências ou é resolvida

pelo contexto. Quando for importante separar os dois sentidos da palavra 'language', cuidarei de notar.[☆]

Usar uma determinada língua ao invés de outra, é comportar-se de uma forma ao invés de outra. Tanto a linguagem quanto as línguas específicas podem ser encaradas como comportamento, ou atividade, parcialmente observável e identificável como **comportamento lingüístico**, não só pelos participantes-observadores (isto é, falantes e ouvintes na medida em que restringimos nossa atenção à língua falada) mas também por observadores que naquele momento não estão envolvidos neste comportamento caracteristicamente interativo e comunicativo. Além do mais, embora seja pertinente à essência do comportamento lingüístico que, em geral, senão a cada vez que ocorra, seja comunicativo, é normalmente possível a observadores externos reconhecer o comportamento lingüístico como tal, mesmo quando não conhecem a língua específica que está sendo usada, não podendo interpretar os enunciados que são o produto do comportamento observado.

A linguagem, portanto, pode ser legitimamente considerada sob um ponto de vista comportamental (embora não necessariamente comportamentista). Mas a linguagem e as línguas ainda podem ser consideradas sob pelo menos dois outros enfoques. Um deles, associado à distinção terminológica estabelecida por Chomsky entre 'competência' e 'desempenho'; o outro, com respeito à distinção um pouco diferente, estabelecida no início do século por Ferdinand de Saussure, em francês, entre '*langue*' e '*parole*'.

Quando dizemos de alguém que *ele fala inglês*, podemos nos referir a uma das seguintes alternativas: ou (a) ele, habitual ou ocasionalmente, adota um tipo específico de comportamento, ou (b) que ele tem a capacidade (exercendo-a ou não) de adotar este tipo de comportamento. Referindo-nos ao primeiro como **desempenho** e ao segundo como **competência**, podemos afirmar que o desempenho pressupõe a competência, ao passo que a competência não pressupõe o desempenho. Assim enunciada, a distinção entre competência e desempenho fica relativamente livre de controvérsia. O mesmo acontece ao passo seguinte dado por Chomsky, ao dizer que, independentemente da abrangência do termo "competência lingüística", deve-se reconhecer que o comportamento lingüístico de determinadas

☆ Como no caso anterior, com o vocábulo inglês '*language*' em posição substantiva, o autor agora considera os significados de '*language*' em posição adjetiva. No português '*language competence*' traduz-se por 'competência lingüística', expressão que também é ambígua no sentido de aplicar-se à língua ou à linguagem. Mas '*language acquisition*' traduz-se por 'aquisição da linguagem', o que já é uma escolha mais definida por uma, mais do que por outra, tradução de '*language*'. (N. do T.)

pessoas em determinadas ocasiões é estabelecido por muitos outros fatores para além da competência lingüística. Há muitos pontos na formulação mais detalhada de Chomsky da noção de competência lingüística altamente controvertidos. Mas não nos devem preocupar agora (v. 7.4). Aqui é suficiente notar que, para Chomsky, o que os lingüistas descrevem, ao investigar uma determinada língua, não é o desempenho como tal (ou seja, comportamento), mas a competência dos falantes, na medida em que é puramente lingüística, que está subjacente, possibilitando o desempenho. A competência lingüística de um indivíduo é seu conhecimento de uma determinada língua. Uma vez que a lingüística cuida de identificar e de dar conta satisfatoriamente, em termos teóricos, dos determinantes da competência lingüística, de acordo com Chomsky ela deve figurar como ramo da psicologia cognitiva.

A distinção entre '*langue*' e '*parole*', tal como foi originalmente estabelecida por Saussure, esteve subordinada a uma série de outras distinções logicamente independentes. As mais importantes foram, por um lado, a distinção entre o que é potencial e o que é real, e, por outro, a distinção entre o que é social e o que é individual (v. 7.2). O que Saussure chamou de "*langue*" é qualquer língua particular que seja de posse comum a todos os membros de uma **comunidade lingüística** determinada (ou seja, a todos os que se dizem falar a mesma língua). O termo francês "*langue*" que, como vimos, é simplesmente uma das formas correntes para a tradução do inglês "*language*", geralmente não se traduz para o inglês quando empregado tecnicamente em seu sentido saussureano. Introduziremos o termo "sistema lingüístico" em seu lugar; e estabeleceremos um contraste com "comportamento lingüístico", pelo menos inicialmente, mantendo o paralelo com a distinção saussureana entre "*langue*" e "*parole*". Um **sistema lingüístico** é um fenômeno social, ou instituição que, em si mesma, é puramente abstrata, na medida em que não apresenta uma existência física, mas que em determinadas ocasiões é atualizada no **comportamento lingüístico** dos indivíduos integrantes de uma comunidade lingüística. Até certo ponto, o que Chomsky chama de competência lingüística pode ser identificado, bastante diretamente, não com o sistema lingüístico, mas com o conhecimento típico que o falante tem do sistema lingüístico. Mas Saussure deu ênfase especial ao caráter social ou institucional dos sistemas lingüísticos. Portanto, ele encarou a lingüística como sendo mais próxima da sociologia ou da psicologia social do que da psicologia cognitiva. Muitos outros lingüistas adotaram a mesma perspectiva. Outros, todavia, sustentaram que os sistemas lingüísticos podem e devem ser estudados independentemente de seus correlatos psicológicos ou sociológicos. Retomaremos esta questão no capítulo 2. Agora observaremos simplesmente que, ao dizermos que o lingüista se interessa pela língua, afirmamos que está primeiramente interessado na estrutura dos sistemas lingüísticos.

1.4 Língua e fala

Um dos princípios fundamentais da lingüística moderna é o de que a língua falada é mais básica do que a língua escrita. Isto não significa, entretanto, que a língua deva ser identificada com a fala. Deve-se estabelecer uma diferença entre os sinais lingüísticos e o meio em que tais sinais se realizam. Assim, é possível ler em voz alta o que está escrito e, em contrapartida, escrever o que é falado. Geralmente os falantes nativos alfabetizados, de uma determinada língua, podem dizer se este processo de transferência de um sinal lingüístico de um meio para outro foi bem executado ou não. Na medida em que, neste sentido, a língua é independente do meio em que os sinais lingüísticos se realizam, diremos que a língua tem a propriedade de passar por uma **transferência de meio**. Trata-se de uma propriedade importantíssima — à qual se vem prestando pouquíssima atenção nas discussões gerais sobre a natureza da linguagem. É uma propriedade que, como veremos adiante, depende de outras, com as quais contribui para a flexibilidade e adaptabilidade dos sistemas lingüísticos.

Em que sentido, então, a língua falada é mais básica do que a escrita? E por que será que muitos lingüistas tendem a estabelecer como traço definitivo das línguas naturais o fato de que deveriam ser sistemas de sinais vocais?

Em primeiro lugar, os lingüistas sentem-se na obrigação de corrigir os vícios da gramática tradicional e do ensino tradicional da língua. Até pouco tempo os gramáticos vinham-se preocupando quase exclusivamente com a língua literária, ocupando-se muito pouco da língua coloquial cotidiana. Inúmeras são as vezes em que trataram as normas do padrão literário como normas de correção da própria língua, condenando o uso coloquial, na medida em que diferia do uso literário, classificando-o de agramatical, desleixado ou mesmo ilógico. Durante o século XIX verificou-se um grande progresso na investigação do desenvolvimento histórico das línguas. Os estudiosos compreenderam, mais claramente que antes, que as mudanças na língua dos textos escritos correspondentes a diversos períodos — mudanças do tipo da que com os séculos transformou o latim em francês, italiano ou espanhol, por exemplo — poderiam ser explicadas em termos de mudanças que haveriam ocorrido na língua falada correspondente. A continuidade e onipresença da mudança lingüística foi consideravelmente observada nos textos escritos do passado que chegaram até nós pelo conservantismo das tradições da escrita em muitas culturas, e pelo uso contínuo, por longos períodos de tempo, em documentos religiosos e legais bem como na literatura, de um estilo cada vez mais arcaico. Todas as grandes línguas literárias do mundo derivam, em última instância, da língua falada de certas comunidades. Além do mais, é uma questão de acidente histórico se o uso de uma região ou de uma classe social específica serviu de base

para o desenvolvimento de uma língua literária padrão em determinadas comunidades e se, conseqüentemente, o dialeto de outras regiões e de outras classes sociais hoje são tidos, como muitas vezes acontece, como inferiores, variedades-subpadrão da língua. A força do preconceito tradicional em favor da língua-padrão em sua forma escrita é tanta, que é muito difícil para os lingüistas convencer os leigos de que os dialetos-não padrão em geral têm a mesma regularidade ou sistematicidade que as línguas literárias-padrão, tendo suas próprias normas de correção, imanentes no uso de seus falantes nativos. Uma das primeiras e mais difíceis tarefas para os estudantes de lingüística é adquirir a capacidade de considerar a língua falada em seus próprios fundamentos, por assim dizer, sem pensar que a pronúncia de uma palavra ou expressão seja, ou deva ser, determinada por sua ortografia.

O desejo de equilibrar a balança em favor de uma investigação sem preconceitos sobre fala e a língua falada, evidentemente, não justifica a adoção do princípio de que a língua falada seja mais básica que — e não simplesmente tão básica quanto — a língua escrita. Então, o que significa “básica”? A **prioridade histórica** da fala sobre a escrita admite pouca margem de dúvida. Não se sabe de nenhuma sociedade humana que exista, ou que tenha existido, em qualquer época, privada da capacidade da fala. Embora as línguas, tais como são conhecidas hoje em quase todo o mundo, possam ser ou faladas ou escritas, a grande maioria das sociedades, até pouco tempo, era totalmente ou em grande parte constituída por indivíduos analfabetos. A prioridade histórica, no entanto, é muito menos importante do que outros tipos de prioridade implicados pelo termo “básico” neste contexto: de ordem estrutural, funcional e, discutivelmente, biológica.

A **prioridade estrutural** da língua falada pode ser explicada da seguinte forma. Se deixarmos de lado por um momento as diferenças de estilo que possam existir entre as línguas falada e escrita correspondentes, presumindo que toda sentença falada aceitável pode se converter em uma sentença escrita aceitável, e vice-versa, não podemos conceber que, a não ser por uma questão de natureza histórica, uma derive da outra. A estrutura de sentenças escritas depende de distinções identificáveis na forma; a estrutura de sentenças faladas, de distinções identificáveis no som. No caso teoricamente ideal, em que há uma correspondência biunívoca entre as sentenças faladas e escritas de uma dada língua, cada sentença escrita será **isomórfica** (ou seja, terá a mesma estrutura interna) da sentença falada correspondente. Por exemplo, se as sentenças escritas se valem de um sistema gráfico alfabético, determinadas letras corresponderão a determinados sons, e determinadas combinações de letras estarão em correspondência biunívoca, como no caso de palavras ou frases, com uma determinada combinação de sons. Nem todas as combinações entre as letras são aceitáveis; nem tampouco todas as combinações entre os sons. Mas há uma diferença impor-

tante entre letras e sons a este respeito. A potencialidade de combinação entre os sons utilizados em uma língua específica depende em parte de propriedades do meio (certas combinações sonoras são impronunciáveis ou de difícil produção) e em parte das restrições mais específicas, aplicáveis somente àquela língua. A potencialidade de combinação das letras entre si é totalmente imprevisível em termos de sua forma. É previsível, contudo, em maior ou menor escala, em todas as línguas que se valem de um sistema alfabético na escrita, em termos da associação de determinadas formas com determinados sons e a potencialidade de combinação dos sons entre si na própria fala. Neste âmbito, portanto, a língua falada é estruturalmente mais básica do que a escrita, embora ambas possam ser isomórficas, pelo menos numa situação teórica ideal, no nível de unidades maiores como palavras e frases. Devemos notar que este argumento é inaplicável às línguas que utilizam sistemas de escrita nos quais não há associação entre determinadas formas e determinados sons como tais, mas entre formas e palavras. Não se aplica, por exemplo, ao chinês clássico, escrito com os caracteres tradicionais, ou ao antigo egípcio, escrito em hieróglifos. É por não haver, em geral, prioridade estrutural da língua falada sobre a língua escrita, no que diz respeito ao chinês, que basicamente a mesma língua escrita pode corresponder a dialetos falados totalmente distintos e mutuamente incompreensíveis.

A **prioridade funcional** é mais fácil de se explicar e compreender. Mesmo hoje, nas sociedades modernas mais letradas do mundo industrializado e burocrático, a língua falada é utilizada em uma gama mais ampla de situações, servindo a escrita como substituta da fala apenas nas ocasiões em que a comunicação vocal-auditiva é impossível, inafiançável ou ineficiente. E a invenção do telefone e do gravador possibilitou o emprego da língua falada em situações onde no passado seria usada a língua escrita. Foi para fins de confiabilidade na comunicação à distância e de preservação de importantes documentos legais, religiosos e comerciais que se inventou originalmente a escrita. O fato de os textos escritos terem sido utilizados para fins tão importantes ao longo da história, e de serem mais confiáveis e duráveis do que os enunciados falados (ou pelo menos assim foram até que se desenvolveram os métodos modernos de gravação de sons) contribuiu para que a língua escrita gozasse de mais prestígio e formalidade em muitas culturas.

Chegamos então à questão mais controvertida da **prioridade biológica**. Há muitas indicações de que o homem seja geneticamente pré-programado, não só para adquirir a linguagem, mas também, como parte do mesmo processo, para produzir e reconhecer os sons da fala. Diversas vezes foi salientado que o que o lingüista comumente chama de órgãos da fala (ou órgãos vocais) — pulmões, cordas vocais, dentes, língua etc. — todos, servem a alguma função biologicamente mais básica do que a de produzir sinais vocais.

Esta questão é indiscutível: os pulmões se utilizam na respiração, os dentes na mastigação; e assim por diante. Todavia, todos os bebês balbuciam com poucos meses de idade (a menos que sofram de algum distúrbio mental ou físico); e o balbucio, que envolve a produção de uma gama muito maior de sons do que aquela encontrada na fala dos que têm contato com a criança, não pode ser satisfatoriamente explicado em termos de uma mera imitação dos sons que o bebê ouve ao seu redor. Além do mais, demonstrou-se experimentalmente que os recém-nascidos, logo nas primeiras semanas de vida, podem distinguir sons da fala de outros sons, estando como que predispostos a prestar atenção a eles. Os parentes mais próximos do homem, dentre os primatas mais evoluídos, embora tenham basicamente o mesmo aparelho fisiológico, não apresentam a mesma predisposição a produzir ou a identificar os sons característicos da fala humana. Esta pode ser a principal razão por que as tentativas de ensinar chimpanzés a falar não obtiveram sucesso, embora se tenha conseguido, de forma relativamente bem-sucedida, ensinar-lhes línguas, ou sistemas paralingüísticos, cujos sinais são produzidos manualmente e interpretados visualmente. (Sabe-se agora que, em seu *habitat* natural, os chimpanzés se comunicam entre si por meio de gestos e de sinais vocais; e seus sinais gestuais parecem ser muito mais ricamente diferenciados do que suas chamadas vocais; v. 1.7.) Finalmente, há o fato de que os dois hemisférios do cérebro humano são funcionalmente assimétricos após a infância, um deles sendo dominante em relação ao desempenho de determinadas operações. Na maioria das pessoas o lado esquerdo é dominante; e o hemisfério esquerdo realiza a maior parte do processamento dos sinais lingüísticos, sendo melhor no processamento dos sons da fala, embora não no de outros tipos de som, do que o hemisfério direito (v. 8.3).

Provas dessa natureza, embora não conclusivas, são altamente sugestivas. De acordo com uma hipótese plausível, a linguagem humana desenvolveu-se, em algum ponto da evolução da espécie, a partir de um sistema de comunicação gestual, e não vocal; há muitas razões para crer que isso tenha acontecido. Esteja esta hipótese correta ou não, os dados resumidos no parágrafo anterior levam à conclusão de que, em seu atual estado evolutivo, o homem tem no som, e mais especificamente na gama de sons audíveis produzidos pelos órgãos da fala, o meio natural, biologicamente básico, no qual a linguagem se realiza. Se assim for, os lingüistas estarão justificados não apenas ao usar o termo "órgão da fala", mas ao postular uma relação não-contingente entre as línguas e a fala.

Permanece o fato, entretanto, de que há uma diferença entre prioridade biológica e prioridade lógica. Como já se frisou anteriormente, a linguagem tem, em grande escala, a propriedade de se transferir de um meio para outro. No decurso natural dos acontecimentos, as crianças adquirem um comando da língua falada de forma natural (ou seja, em virtude de um dom biológico próprio e sem treinamento especial), ao passo que a leitura

e a escrita são habilidades especiais, para as quais é dado um tipo especial de instrução baseado no conhecimento prévio que têm da língua falada. No entanto, não apenas as crianças, mas também os adultos podem aprender a ler e escrever sem grande dificuldade; e é perfeitamente possível, embora raro, que se aprenda uma língua escrita sem haver um comando prévio da língua falada correspondente. Da mesma forma é possível aprender sistemas gestuais de comunicação que não se baseiam nem numa língua falada, nem numa língua escrita, tais como os sistemas utilizados pelos surdos-mudos. Se descobríssemos uma sociedade que usasse um sistema de comunicação gestual ou escrito, com todas as outras características distintivas de uma linguagem, mas que nunca se realizasse no meio falado, sem dúvida faríamos referência a este sistema de comunicação como sendo uma língua. Portanto, não se deve colocar ênfase excessiva na prioridade biológica da fala.

Além do mais, quando chegamos ao problema de descrever determinadas línguas, há boas razões para que o lingüista considere as línguas falada e escrita correspondentes como mais ou menos isomórficas, ao invés de absolutamente isomórficas. Apenas em uma situação teórica ideal, como mencionei anteriormente, há isomorfismo completo. Nenhum sistema de escrita até hoje concebido (senão os sistemas de transcrição idealizados por foneticistas exatamente com esta finalidade) possibilita a representação de todas as distinções significativas da fala. Segue-se que, geralmente, há algumas formas não-equivalentes de se pronunciar uma mesma sentença escrita, conforme varie acento, entonação etc. Os sinais de pontuação, bem como o uso de itálicos e letras maiúsculas, existem basicamente na língua escrita pelos mesmos motivos que há acento e entonação na língua falada, mas os primeiros nunca poderão representar adequadamente estas últimas. Deve-se também reconhecer que sempre há diferenças funcionais e estruturais entre línguas correspondentes faladas e escritas. A extensão de tais diferenças varia, por motivos históricos e culturais, de uma língua para outra. Em árabe e tâmil, por exemplo, a diferença tanto em termos gramaticais como vocabulares é considerável. Em inglês é menos gritante. Entretanto, mesmo em inglês há palavras, expressões e construções gramaticais que se julgam excessivamente coloquiais para a língua escrita (por exemplo, *'load of old cobblers'*) ou, em contrapartida, excessivamente literárias para a língua falada (por exemplo, *'any arrangements made heretofore notwithstanding'*).[☆]

[☆] Também em português, obviamente, há expressões que não se usam na língua escrita, e outras que não se usam na língua falada. Um exemplo do primeiro caso poderia ser 'cambada de vagabundos', e do segundo caso, 'quanto ao conteúdo do

Os termos 'coloquial' e 'literário' são reveladores. Há uma clara distinção a fazer, em princípio, entre 'coloquial' e 'falado', por um lado, e entre 'literário' e 'escrito', por outro. A distinção na prática é difícil de se manter; e para algumas línguas a distinção entre diferenças de meio ('falado' x 'escrito') e diferenças de estilo ('coloquial' x 'literário') não faz muito sentido. Da mesma forma acontece com diferenças de meio e diferenças de dialeto ('padrão' x 'não-padrão' etc.). O postulado teórico do isomorfismo entre a língua falada e a escrita é parte do que é citado abaixo como ficção da homogeneidade (v. 1.6).

1.5 O ponto de vista semiótico

A semiótica tem sido descrita de várias formas: como ciência dos signos, do comportamento simbólico e dos sistemas de comunicação. Houve muitas discussões, dentro da semiótica, quanto à diferença entre signos, símbolos e sinais; bem como sobre o escopo do termo 'comunicação'. Para nossos objetivos aqui, a semiótica estará relacionada a sistemas de comunicação; e conceberemos a 'comunicação', de forma bem abrangente, sem implicar necessariamente uma intenção de informar. Somente se o termo for concebido desta maneira, poderemos falar de comunicação animal sem apelar para questões filosóficas um tanto controversas.

Há certos conceitos relevantes para a investigação de todos os sistemas de comunicação, humanos ou não, naturais ou artificiais. Um sinal é transmitido de um emissor para um receptor (ou grupo de receptores) através de um canal de comunicação. O sinal terá uma determinada forma e passará um determinado significado (ou mensagem). A conexão entre a forma do sinal e o seu significado é estabelecida pelo que (num sentido bastante geral do termo) normalmente se chama em semiótica o código: a mensagem é codificada pelo emissor e decodificada pelo receptor.

Vistas nesta perspectiva, as línguas naturais são códigos, e podem ser comparadas a outros códigos segundo os mais diversos prismas: em termos do canal ao longo do qual os sinais são transmitidos; em termos da forma, ou estrutura, dos sinais; em termos do tipo ou da amplitude da mensagem que pode ser codificada, e assim por diante. O problema está em decidir que propriedades dos códigos, ou dos sistemas de comunicação em que operam, são significativas para fins de comparação, e que propriedades são insignificantes ou menos importantes. Tal dificuldade é agravada pelo fato de que muitas das propriedades que se poderiam selecionar como critério

referido item, segue em anexo...', ambos correspondentes aos do inglês, no original. (N. do T.)

são graduáveis, de forma que pode ser mais importante comparar os códigos de acordo com o grau em que determinada propriedade nele se manifesta, do que simplesmente pela presença ou ausência da mesma. Fizeram-se comparações bastante absurdas entre as línguas e os sistemas de comunicação usados por determinadas espécies de pássaros e animais, baseadas na seleção de certas propriedades em detrimento de outras e na negligência do aspecto graduável das mesmas.

No que diz respeito ao canal de comunicação, não é preciso falar muito, a não ser que, ao contrário dos códigos usados por quase todos — senão todos — os animais, a língua possui, em altíssimo grau, a propriedade de se transferir de um meio para outro. Este item já foi abordado na seção anterior. As noções de meio e canal são, evidentemente, intrinsecamente ligadas, na medida em que as propriedades do meio derivam das propriedades do canal normal de transmissão. Contudo, é importante distinguir as duas noções no que diz respeito à língua. Tanto a língua escrita como a falada podem ser transmitidas por uma série de canais. Ao usarmos o termo 'meio', ao invés de 'canal', não estamos atentando para a transmissão de sinais propriamente dita, em determinadas ocasiões, mas para as diferenças funcionais e estruturais sistemáticas entre o que é caracteristicamente escrito e o que é caracteristicamente falado. Por mais paradoxal que pareça a princípio, o inglês escrito pode ser transmitido através do canal vocal-auditivo (ou seja, através da fala) e o inglês falado pode ser transmitido na escrita (embora de uma forma insatisfatória nos recursos ortográficos normais).

Talvez a característica mais gritante da língua, se comparada a outros códigos ou sistemas de comunicação, seja a sua flexibilidade e versatilidade. Podemos usar a língua para dar vazão a nossas emoções e sentimentos; para solicitar a cooperação de nossos companheiros; para ameaçar ou prometer; para dar ordens, fazer perguntas ou afirmações. Podemos referir-nos ao passado, presente e futuro; a realidades remotas em relação à situação de enunciação — até mesmo a coisas que não precisam existir ou não podem existir. Nenhum outro sistema de comunicação, humano ou não, parece ter sequer de longe o mesmo grau de flexibilidade e versatilidade. Dentre as propriedades mais específicas que contribuem para a flexibilidade e versatilidade da língua (ou seja, em todo e qualquer sistema lingüístico), há quatro que freqüentemente foram mencionadas: arbitrariedade, dualidade, descontinuidade e produtividade.

(i) O termo 'arbitrário' está sendo utilizado aqui em um sentido um tanto especial, significando algo como "inexplicável em termos de algum princípio mais geral". O caso mais óbvio de arbitrariedade da língua — que é mencionado na maioria das vezes — diz respeito à relação entre forma e significado, entre sinal e mensagem. Há em todas as línguas casos esporádicos do que tradicionalmente se chama de onomatopéia: veja-se a con-

xão não-arbitrária entre forma e significado dos vocábulos ingleses *cuckoo* [cuco], *peewit* [pio], *crash* [estruído].[☆] Mas a grande maioria de palavras em todas as línguas é não-onomatopáica: a conexão entre sua forma e significado é arbitrária visto que, dada a forma, é impossível prever o significado, e dado o significado, é impossível prever a forma.

É óbvio que a arbitrariedade, neste sentido, aumenta a flexibilidade e a versatilidade de um sistema de comunicação na medida em que a extensão do vocabulário não é restrita pela necessidade de combinação entre forma e significado, em termos de algum princípio mais geral. Por outro lado, o fato de que a ligação entre forma e significado a nível das unidades vocábulares dos sistemas lingüísticos é, geralmente, arbitrária tem como efeito dotar a memória com uma tarefa considerável no processo de aquisição da linguagem. A associação de uma determinada forma a um determinado significado deve ser aprendida independentemente para cada unidade do vocabulário. Deste ponto de vista semiótico, portanto, uma arbitrariedade desta espécie apresenta vantagens e desvantagens: torna o sistema mais flexível e adaptável, mas também torna o aprendizado mais difícil e laborioso. Há ainda um ponto a acrescentar; ou seja, o de que esta arbitrariedade no sistema semiótico faz com que os sinais sejam mais difíceis de se interpretar para quem os intercepte sem conhecer o sistema. Também este fator traz vantagens e desvantagens para o usuário normal. Presume-se que as vantagens tenham pesado mais que as desvantagens no desenvolvimento da língua. Na maioria dos sistemas de comunicação animais há uma ligação não-arbitrária entre a forma de um sinal e o seu significado.

A arbitrariedade, no que diz respeito à língua, não se restringe à ligação entre forma e significado. Aplica-se também, consideravelmente, a grande parte da estrutura gramatical das línguas, na medida em que estas diferem gramaticalmente umas das outras. Se assim não fosse, seria muito mais fácil aprender uma língua estrangeira do que realmente é.

Ainda mais controversa é a tese chomskiana de que grande parte do que é comum à estrutura gramatical de todas as línguas humanas, inclusive a operação de um tipo muito específico de dependência estrutural, é também arbitrário na medida em que não pode ser explicado ou previsto em termos das funções da língua, das condições ambientais em que se adquire e se usa a linguagem, da natureza dos processos cognitivos humanos em geral, ou qualquer fator desta espécie. Na opinião de Chomsky, os seres humanos são geneticamente dotados de um conhecimento dos princípios gerais ditos arbitrários, que determinam a estrutura gramatical de todas as línguas. Sobre tal hipótese, basta dizer aqui que nem todos os lingüistas concordam que tais princípios gerais possíveis de se estabelecer

[☆] Exemplos de onomatopéias em português seriam tic-tac, ronronar, piar. (N. do T.)

sejam arbitrários no sentido já esclarecido, e que muitas pesquisas atuais na área da lingüística teórica estão tentando mostrar que não são. Voltaremos a este assunto no capítulo 8.

(ii) Por **dualidade** entende-se a propriedade de possuir dois níveis de estrutura, de tal forma que as **unidades** do primeiro são compostas de **elementos** do segundo e cada um dos dois níveis tem seus próprios princípios de organização. Note-se que introduzi uma distinção terminológica entre 'elemento' e 'unidade'. Tal distinção não é padronizada na terminologia lingüística. Entretanto, apresenta maior conveniência para a exposição e será mantida em todo este livro.

No presente momento podemos pensar nos elementos da língua falada como sons (mais precisamente como o que será identificado no capítulo 3 por fonemas). Os sons em si não trazem qualquer significado. Sua única função é combinar-se com outros para formar unidades que, em geral, têm um significado específico. É por serem os elementos menores, de nível mais baixo, privados de significado, ao passo que as unidades maiores, de nível mais alto, geralmente, senão invariavelmente, têm um significado identificável, que os elementos são descritos como secundários e as unidades como primárias. Todos os sistemas de comunicação possuem tais unidades primárias; mas elas não são necessariamente compostas por elementos. Somente se um sistema dispuser de unidades e de elementos ele terá a propriedade da dualidade. Aparentemente, a maioria dos sistemas de comunicação animais não tem; e os que têm são tais que as unidades não se combinam entre si como as palavras para formar sintagmas e sentenças em todas as línguas humanas.

A vantagem da dualidade é óbvia: um grande número de unidades diferentes pode-se formar a partir de um número reduzido de elementos — **muitos milhares de palavras**, por exemplo, com trinta ou quarenta sons. Se as unidades primárias puderem se combinar sistematicamente de diversas maneiras, o número de sinais distintos que se podem transmitir — e conseqüentemente o número de mensagens diferentes — aumentará enormemente. Como veremos a seguir, não há limites para o número de sinais lingüísticos distintos que se podem construir nas várias línguas.

(iii) A **descontinuidade** opõe-se à **variação contínua**. No caso da língua, a descontinuidade é uma propriedade dos elementos secundários. Para ilustrar: as palavras 'bit' [porção] e 'bet' [aposta] diferem quanto à forma tanto na língua escrita como na falada. É perfeitamente possível produzir um som vocálico que esteja a meio caminho entre as vogais que normalmente ocorrem na pronúncia destas duas palavras. Mas se substituirmos este som intermediário pela vogal de 'bit' ou 'bet' no mesmo contexto, não teremos com isso pronunciado uma terceira palavra distinta das duas, ou partilhando das características de ambas. Teremos pronunciado algo que não é absolutamente reconhecido como uma palavra ou, alterna-

tivamente, algo que será considerado uma pronúncia errada de uma ou outra palavra. A identidade da forma na língua, geralmente, é uma questão de tudo ou nada, não de mais ou menos.

Embora a descontinuidade não seja logicamente dependente da arbitrariedade, interage com ela para aumentar a flexibilidade e eficiência dos sistemas lingüísticos. Por exemplo, seria em princípio possível que duas palavras diferindo descontinuamente um mínimo na forma, tivessem um significado semelhante. Em geral isso não acontece: 'bet' e 'bit' não têm uma semelhança maior de significado do que qualquer outro par de palavras inglesas aleatoriamente escolhidas. O fato de que as palavras que diferem de maneira mínima na forma normalmente apresentarão uma diferença considerável, ao invés de desprezível, no significado, tem por efeito aperfeiçoar o caráter descontínuo da diferença formal entre elas: na maioria dos contextos a ocorrência de uma será muito mais provável do que a ocorrência da outra, o que reduz a possibilidade de engano quando as condições para a transmissão de sinais são deficientes. Nos sistemas de comunicação animais a não-descontinuidade (ou seja, a variação contínua) muitas vezes é associada à não-arbitrariedade.

(iv) A **produtividade** de um sistema de comunicação é a propriedade que possibilita a construção e interpretação de novos sinais: isto é, de sinais que não tenham sido anteriormente encontrados e que não constam de alguma lista — seja qual for a dimensão da mesma — de sinais pré-fabricados, à qual o usuário tenha acesso. A maior parte dos sistemas de comunicação animais parece ser altamente restrita no tocante ao número de sinais que seus usuários podem enviar e receber. Todos os sistemas lingüísticos, por outro lado, possibilitam a seus usuários construir e compreender um número indefinido de enunciados que jamais ouviram ou leram antes.

A importância da produtividade tem sido muito frisada na literatura lingüística recente, especialmente nos trabalhos de Chomsky, referindo-se particularmente ao problema de se dar conta da aquisição da linguagem por parte das crianças. O fato de que elas, com poucos anos de vida, sejam capazes de produzir enunciados que nunca ouviram é a prova de que a língua não se aprende unicamente por meio da imitação e memorização.

Devemos enfatizar, na discussão da produtividade, que não é tanto a capacidade de construir enunciados novos que é de vital importância na avaliação dos sistemas lingüísticos. Por exemplo, dizer que o sistema de comunicação usado pelas abelhas ao indicar a fonte do néctar tenha a propriedade de ser produtivo é enganoso, se tal afirmação significar que, neste particular, o sistema é como as línguas humanas. A abelha produz um número indefinido de sinais diferentes (variando de acordo com a vibração do corpo e o ângulo que se coloca em relação ao sol). Mas há uma variação contínua dos sinais, uma ligação não-arbitrária entre sinal e mensagem,

e o sistema não pode ser usado pela abelha para transmitir informações outras que a distância e a direção da fonte do néctar.

O que é impressionante na produtividade das línguas naturais, na medida em que é manifesto na estrutura gramatical, é a extrema complexidade e heterogeneidade dos princípios que a mantêm e constituem. Mas, como insistiu Chomsky, mais do que ninguém, esta complexidade e heterogeneidade não é irrestrita: é regida por regras. Dentro dos limites estabelecidos pelas regras da gramática, que são em parte universais e em parte específicos de determinadas línguas, os falantes nativos de uma língua têm a liberdade de agir criativamente — de uma maneira que Chomsky classificaria de distintivamente humana — construindo um número indefinido de enunciados. O conceito de criatividade regida por regras é muito próximo do de produtividade (v. 7.4); teve grande importância para o desenvolvimento do gerativismo.

As quatro propriedades gerais que foram listadas e brevemente discutidas acima — arbitrariedade, dualidade, descontinuidade e produtividade — estão todas interligadas de formas diversas. Não só são encontradas, pelo que sabemos, em todas as línguas, mas existem em alto grau em todas elas. Se se encontram todas em qualquer outro sistema de comunicação que não a língua, resta a saber. Mas se existirem, não parecem estar no mesmo grau ou interligadas da mesma forma.

Vale a pena ressaltar, no entanto, que estas quatro propriedades, que são totalmente independentes de canal e de meio, são menos características da parte não-verbal dos sinais lingüísticos. Os enunciados não são simplesmente seqüências de palavras. Superpostos à cadeia de palavras (ou seja, a parte verbal) em qualquer enunciado falado, haverá dois tipos de fenômenos vocais mais ou menos distinguíveis: prosódicos e paralingüísticos. Os traços prosódicos constam de coisas como acento e entonação; os paralingüísticos, de fenômenos como ritmo, altura etc. Haverá também, associada ao enunciado falado, toda uma série de fenômenos não-vocais (movimentos do olhar, movimentos de cabeça, expressões faciais, gestos, postura etc.) que determinarão mais profundamente a estrutura ou significado do enunciado, podendo da mesma forma ser identificados como paralingüísticos. São apenas os fenômenos prosódicos que normalmente o lingüista, com os traços verbais, considera serem determinados pelo sistema lingüístico como tal. Tanto as características prosódicas como as paralingüísticas, contudo, são parte integrante de todo comportamento lingüístico normal no meio falado. Na medida em que não apresentam as quatro propriedades gerais da arbitrariedade, dualidade, descontinuidade e produtividade — ou pelo menos não as manifestam na mesma intensidade em que aparecem na parte verbal da linguagem — os traços prosódicos e paralingüísticos do comportamento lingüístico aproximam-se mais dos traços existentes nos vários tipos de comunicação animal.

Será então a língua propriedade exclusiva do homem? A resposta a esta pergunta, como a que daremos à indagação “Será o homem um ser ímpar dentre os animais?”, depende muito das propriedades selecionadas como critério para a definição de língua. É tão legítimo enfatizar as diferenças gritantes, em termos de grau e de tipo, entre língua e não-língua, quanto seria enfatizar as não menos gritantes semelhanças. O lingüista, o psicólogo e o filósofo poderão tender a concentrar-se nas primeiras; o etnólogo, o zoólogo e o semioticista possivelmente escolheriam as últimas.

1.6 A ficção da homogeneidade

Até agora vimos operando com o que chamarei de ficção da homogeneidade: a crença ou pressuposição de que todos os membros de uma mesma comunidade lingüística falam exatamente a mesma língua. É evidentemente possível definir o termo ‘comunidade lingüística’ de tal forma que por uma questão de definição não deva haver diferenças sistemáticas na pronúncia, gramática ou vocabulário no falar de cada integrante. Mas se interpretarmos o termo como referente a qualquer grupo de pessoas das quais normalmente se diria que falam a mesma língua, por exemplo inglês, francês ou russo, torna-se uma questão de descoberta empírica deliberar se todos os membros de uma certa comunidade lingüística falam da mesma forma ou não.

Em todas as comunidades lingüísticas do mundo, a não ser nas muito pequenas, há diferenças mais ou menos óbvias de sotaque e dialeto. Dos termos ‘sotaque’ e ‘dialeto’ o primeiro é mais restrito que o segundo: refere-se unicamente à forma como a língua é pronunciada e não traz quaisquer tipos de implicações com respeito à gramática e ao vocabulário. Por exemplo, é possível, e de maneira nenhuma raro, que um estrangeiro seja imediatamente identificado pelo sotaque, ainda que, no tocante à gramática e ao vocabulário, fale como um nativo. E é possível que dois falantes nativos usem o mesmo dialeto, falando-o, contudo, com um sotaque claramente diferente. Isto é especialmente comum se o dialeto em questão, por motivos históricos, adquiriu o *status* de padrão regional ou nacional. Por exemplo, a maioria dos habitantes cultos nascidos na Inglaterra falam um dialeto do inglês que se aproxima mais ou menos de um determinado tipo de inglês-padrão, mostrando entretanto um sotaque revelador de suas origens geográficas ou sociais. Há uma distinção a se fazer, pelo menos no uso comum dos termos, entre ‘sotaque’ e ‘dialeto’. Muitos lingüistas, no entanto, subordinam as diferenças de sotaque às diferenças de dialeto. Este problema puramente terminológico, em si, não tem maiores conseqüências. Mas é importante compreender que o que, sob todos outros aspectos, é um mesmo dialeto, pode ser pronunciado de maneiras marcan-

temente diferentes. Nem é menos importante notar que onde não há um padrão regional ou nacional conhecido e de há muito estabelecido, as diferenças de dialeto, não só na pronúncia, mas na gramática e no vocabulário, tendem a ser muito mais marcantes do que são na maior parte da comunidade lingüística inglesa hoje.

Muito embora o lingüista use o termo 'dialeto' e, como os leigos, o relacione ao termo 'língua' dizendo que esta pode ser composta de vários dialetos diferentes, ele não aceita as implicações comumente associadas ao termo 'dialeto' no uso comum. Sobretudo não aceita que o dialeto de uma determinada região ou classe social seja uma versão adulterada ou degenerada do dialeto-padrão: sabe que de um ponto de vista histórico o padrão — ao qual o leigo poderá preferir aplicar o termo 'língua', ao invés de 'dialeto' — não difere originalmente, embora possa diferir em seu desenvolvimento subsequente, dos dialetos-não-padrão, em termos de tipo. Sabe também que, enquanto servirem a uma gama razoavelmente vasta de funções na vida cotidiana da localidade ou classe social em que operam, os dialetos-não-padrão não são menos sistemáticos que o padrão regional ou nacional. Estas questões já foram salientadas anteriormente. Voltaremos depois a desenvolvê-las e exemplificá-las — e ocasionalmente introduzir certas qualificações — em capítulos posteriores a este: encarado sob um ponto de vista social e cultural contemporâneo, um padrão regional ou nacional tem razão de ser tido por muito diferente, em seu caráter, dos dialetos-não-padrão a que está relacionado historicamente.

Muito freqüentemente, no uso cotidiano dos termos 'dialeto' e 'língua', a distinção entre eles se baseia em considerações políticas ou culturais. Por exemplo, o mandarim e o cantonês são chamados de dialetos do chinês, mas são mais diferentes um do outro do que, digamos, o dinamarquês do norueguês, ou ainda mais marcadamente, o holandês do flamengo ou do africâner, que freqüentemente se descrevem como línguas estanques. Poder-se-ia pensar que o critério da intercompreensibilidade bastaria para traçar uma divisória cultural e política neutra entre as várias línguas. Este é, aliás, o critério principal que um lingüista aplicaria na prática para delimitar uma comunidade lingüística. Mas há problemas. Acontece com gran frequência que um dialeto varie gradualmente, e mais ou menos continuamente, sobre uma área bastante extensa. Assim, falantes de duas regiões muito afastadas poderiam não compreender um ao outro, porém poderia não haver nenhum ponto entre dois dialetos adjacentes em que a intercompreensibilidade não fosse possível. Em seguida há o problema ainda maior e mais intrincado, de que a compreensibilidade nem sempre é simétrica; nem tampouco uma questão de tudo ou nada. É perfeitamente possível, e aliás bastante comum, que X compreenda quase tudo o que diz Y e que Y entenda pouco ou nada do que diz X, quando um fala com o outro no seu dialeto próprio. Por diversas razões, então, é muito difícil,

freqüentemente, estabelecer uma distinção inequívoca entre línguas diferentes e dialetos diferentes de uma mesma língua.

Na realidade, muitas vezes não se pode distinguir o dialeto de uma região e o de uma outra, normalmente vizinha, de uma maneira precisa. Por mais estreita que seja a nossa demarcação da área dialetal, segundo critérios sociais, bem como geográficos, deveremos sempre identificar, se investigarmos o assunto, uma certa quantidade de variação sistemática na fala daqueles que foram circunscritos como falantes de uma mesma língua. Em última instância, deveríamos admitir que cada um tem seu dialeto individual: que tem seu próprio *idioleto*, como dizem os lingüistas. Cada idioleto será diferente do outro, certamente no vocabulário e na pronúncia, e possivelmente também, em menor escala, na gramática. Além do mais, o idioleto de um indivíduo não é fixado de uma vez por todas no final de um período que normalmente chamamos de aquisição da língua-gem: está sujeito a modificações e ampliações durante a vida toda.

Além do que se pode dar conta em termos da escala língua-dialeto-idioleto, há uma outra dimensão de variação sistemática nos enunciados integrantes de uma mesma comunidade lingüística: a dimensão do estilo. As diferenças de estilo já foram citadas em relação à distinção entre o literário e o coloquial — distinção esta que provém da diferença — de forma alguma coincidindo com ela, porém — entre língua escrita e língua falada. Mas há muito mais na variação estilística. Toda vez que falamos ou escrevemos em nossa língua nativa, escolhemos um estilo ao invés de outro, conforme a situação, as relações que existem entre nós e a pessoa a quem nos endereçamos, o objetivo e a natureza do que temos a comunicar, e vários outros fatores. Sejam nossas opções estilísticas conscientes ou inconscientes, ainda assim são sistemáticas e identificáveis: a escolha apropriada do estilo é uma parte importante do uso correto e eficaz da língua. Em certo sentido, portanto, todo falante nativo de uma língua é estilisticamente multilingüe. Da mesma forma que em princípio é possível pensar em cada dialeto como um sistema lingüístico separado, é igualmente possível, e não menos razoável, pensar em cada estilo como sendo um sistema lingüístico distinto.

1.7 Não há línguas primitivas

É bastante comum ouvir leigos falarem sobre línguas primitivas, repetindo até o mito já descreditado de que há certos povos cujas línguas consistem apenas de umas poucas palavras complementadas por gestos. A verdade é que todas as línguas até hoje estudadas, não importa o quanto primitivas ou incivilizadas as sociedades que as utilizam nos possam parecer sob outros aspectos, provaram ser, quando investigadas, um sistema de comunica-

ção complexo e altamente desenvolvido. Evidentemente toda a questão da evolução cultural desde o barbarismo até a civilização é em si mesma altamente questionável. Porém não cabe ao lingüista pronunciar-se sobre sua validade. O que ele pode afirmar é que ainda não se descobriu uma correlação entre os diferentes estágios de desenvolvimento cultural por que as sociedades passam e o tipo de língua falado durante eles. Por exemplo, não há uma língua da Idade da Pedra; ou, no tocante a sua estrutura gramatical geral, um tipo de língua característico das sociedades essencialmente agrícolas por um lado, e das modernas sociedades industrializadas, por outro.

Houve muitas especulações no século XIX quanto ao desenvolvimento das línguas passando estruturalmente da complexidade à simplicidade ou, alternativamente, da simplicidade à complexidade. A maior parte dos lingüistas hoje se exime de especular sobre o desenvolvimento evolutivo das línguas em termos tão gerais. Sabem que, se tiver havido qualquer direcionamento na evolução lingüística desde suas origens na pré-história até os nossos dias, não há qualquer sinal de tal direcionamento, recuperável a partir do estudo das línguas contemporâneas ou das do passado, das quais nos reste algum conhecimento. Muitas das antigas especulações dos estudiosos sobre a evolução lingüística eram tendenciosas em favor das chamadas línguas flexionais como o latim e o grego.

Algo deveria ser dito, então, sobre a origem das línguas, problema que vem exercitando a mente e a imaginação do homem desde tempos imemoriais. O assunto foi amplamente discutido em termos seculares, em oposição a religiosos e sobrenaturais, pelos filósofos gregos, e várias vezes desde então, notadamente no século XVIII, de um ponto de vista basicamente semelhante. As primeiras discussões tiveram um papel preponderante no desenvolvimento da gramática tradicional. No final do século XVIII, as discussões do filósofo francês Condillac e as do alemão Herder prepararam o campo para uma compreensão melhor da interdependência entre linguagem, pensamento e cultura. Desde o século passado, quase todos os lingüistas, à exceção de muito poucos, abandonaram a questão da origem das línguas por estar para sempre fora do escopo de uma investigação científica. A razão para isso foi que, como acabamos de ver, durante o século XIX eles notaram que, por mais longe que se voltasse na história de determinadas línguas nos textos que duraram até nossos dias, era impossível discernir quaisquer sinais de evolução de um estado mais primitivo para outro mais avançado.

Mas há outras comprovações, algumas das quais novas. E a origem das línguas, uma vez mais, volta ao palco da discussão para os estudiosos. Talvez seja prematuro falar em soluções. O que se pode dizer é que agora parece muito mais plausível acreditar que a língua originou-se como sistema de comunicação gestual, e não vocal. Uma prova seria o sucesso que al-

guns psicólogos obtiveram ensinando a chimpanzés a compreensão e o uso de sistemas gestuais bastante complexos, e até certo ponto semelhantes à língua. Parece agora que a impossibilidade dos chimpanzés adquirirem a fala em experiências semelhantes realizadas anteriormente, explica-se, pelo menos em parte, por diferenças relativamente pequenas, mas importantes, entre o aparelho fonador do chimpanzé e do homem. Parece também, a partir de estudos de fósseis, que o aparelho fonador do homem de Neanderthal estava mais próximo que o nosso do dos chimpanzés e outros primatas, que têm uma gama restrita de chamadas vocais, mas que se comunicam selvagememente uns com os outros bastante intensamente, por meio de gestos. O que este e outros fatos sugerem é que a língua pode a princípio ter evoluído a partir de um sistema gestual numa época em que os ancestrais do homem adotavam a postura vertical, liberando com isso as mãos, o cérebro aumentando de tamanho e adquirindo potencial para a especialização de complexas funções de processamento no hemisfério dominante. Em algum ponto, por motivos biologicamente plausíveis, o sistema gestual se teria convertido em sistema vocal tendo subseqüentemente adquirido a propriedade da dualidade que, como vimos, permite um aumento considerável do vocabulário. Conseqüentemente, pode ser que as propriedades características das línguas, como as conhecemos, não tenham estado presentes desde o início, e que a língua tenha evoluído de uma não-língua.

No entanto, permanece o fato de que não só em todas as línguas conhecidas o canal vocal-auditivo é o que é primeira e naturalmente utilizado para a transmissão de sinais, como também todas as línguas conhecidas são, *grosso modo*, igualmente complexas, no tocante à sua estrutura gramatical.

A única exceção que se deve fazer em relação a esta última generalização diz respeito às línguas **pidgin**. São línguas especializadas, usadas no comércio ou atividades semelhantes, por aqueles que não dispõem de qualquer outra língua em comum. É característico dos **pidgins** ter uma gramática simplificada e um vocabulário altamente restrito, se comparados à língua ou às línguas de que provêm. Porém são usados para fins muito restritos; e quando, como aconteceu diversas vezes, o que se originou como *pidgin* vem a ser usado como língua-mãe de uma comunidade lingüística, ele não só se mune de um vocabulário mais extenso, como desenvolve sua própria complexidade gramatical. É sob este prisma, mais do que em relação à sua origem, que os **pidgins** são diferenciados pelos lingüistas das chamadas línguas crioulas. Tais línguas podem parecer ou soar muito semelhantes aos **pidgins**, mas não estão mais próximas de ser primitivas — ou seja, de uma estrutura rudimentar — do que qualquer uma das milhares de línguas naturais que, pelo que sabemos, não se originaram como **pidgins** (v. 9.3).

Evidentemente há diferenças consideráveis nos vocabulários das diferentes línguas. Portanto, é possível que seja necessário aprender uma outra língua ou pelo menos um vocabulário especializado para que se possa estudar um assunto específico ou discorrer satisfatoriamente sobre ele. Neste sentido uma língua pode adaptar-se melhor do que outra a determinados fins específicos. O que não significa, entretanto, que uma seja intrinsecamente mais rica ou pobre que a outra. Todas as línguas vivas, pode-se presumir, são por natureza sistemas eficientes de comunicação. À medida que se modificam as necessidades de comunicação de uma sociedade, também se modificará a língua por ela falada, para atender às novas exigências. O vocabulário será ampliado, seja tomando emprestadas palavras estrangeiras, seja criando-as a partir de seus próprios vocábulos já existentes. O fato de que muitas línguas faladas nos, por vezes, chamados países subdesenvolvidos não dispõem de palavras correspondentes a conceitos e produtos materiais oriundos da moderna ciência e tecnologia não implica que tais línguas sejam mais primitivas do que as que têm tais itens. Demonstra tão-somente que certas línguas, pelo menos até agora, não foram ainda utilizadas por aqueles que estão envolvidos no desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Concluindo, é preciso enfatizar que o princípio de não haver línguas primitivas não é tanto um achado da pesquisa lingüística quanto uma hipótese operacional. É preciso deixar margem à possibilidade de que as línguas realmente difiram em complexidade gramatical e que tais diferenças não tenham sido até hoje descobertas pelos lingüistas. É tão anticientífico negar tal possibilidade quanto seria dizer que o latim é intrinsecamente mais nobre e expressivo que o hotentote ou alguma língua aborígine australiana.

LEITURAS COMPLEMENTARES

A maioria das introduções à lingua(gem) e à lingüística cobrem com maior ou menor detalhe, e sob pontos de vista diferentes, os tópicos tratados no capítulo 1: consta da Bibliografia uma série destes trabalhos.

Os alunos sem grande conhecimento do assunto poderiam começar com Aitchison (1978), capítulos 1-2; Akmajian, Demers & Harnish (1979), capítulos 1-5; Chao (1968); Crystal (1971), capítulo 1; Fowler (1964), capítulo 1; Fromkin & Rodman (1974), capítulos 1-2; Lyons (1970), capítulo 1; Robins (1974); Smith & Wilson (1979), capítulo 1. Poderiam então passar a alguns livros e artigos marcados com asterisco na Bibliografia, muitos dos quais contêm capítulos ou seções relevantes.

Sobre fala e escrita, ver também Basso (1974); Gelb (1963); Haas (1976); Householder (1971), capítulo 13; Lyons (1977b), seções 3.1-3.3; Uldall (1944); Vachek (1949, 1973); e alguns dos trabalhos gerais sobre fonética, listados nas Leituras Complementares do capítulo 3, abaixo.

Sobre o ponto de vista semiótico (inclusive a comunicação animal), ver também Aitchison (1976); Cherry (1957); Eco (1976); Hinde (1972), capítulos 1-3;

Hockett (1960); Hockett & Altmann (1968); Householder (1971), capítulo 3; Lyons (1977b), seções 3.4, 4.1-4.2; McNeill (1970), capítulo 4; Sebeok (1968, 1974a); Thirpe (1974).

Sobre trabalhos recentes com chimpanzés, ver Akmajian, Demers & Harnish (1979), capítulo 14; Brown (1970); Clark & Clark (1977; 520-3); Linden (1976); Premack (1977); Rumbaugh (1977).

Sobre os sistemas de sinais usados pelos surdos, ver Klima & Bellugi (1978); Siple (1978); Stokoe (1961).

Sobre a origem da linguagem, ver também Hewes (1977); Lieberman (1975); Stam (1977); Wescott (1974).

Outros tópicos tratados neste capítulo são abordados em mais detalhe nos capítulos 8-10 onde são dadas mais referências.

PERGUNTAS E EXERCÍCIOS

1. Explique o que se quer dizer com **independência de estímulo**.
2. "Desempenho pressupõe competência, ao passo que a competência não pressupõe desempenho" (p. 22). Discuta.
3. Que distinção, se houver, você traçaria entre **competência lingüística e fluência**?
4. "É bastante freqüente que o leigo pense que a escrita é de alguma forma mais básica que a fala. Por pouco, o inverso é verdade" (Hockett, 1958:4). Discuta (referindo-se em especial a 'básica' e 'por pouco').
5. A língua é por vezes chamada de 'comportamento verbal'. Discuta a adequação deste termo quanto a (a) 'verbal' e (b) 'comportamento'.
6. Em que sentido, e em que medida, a língua escrita é a mesma que a falada? Que tipo de informação é possível, ou muito difícil, de se codificar na escrita, embora seja natural e normalmente codificado na fala?
7. Você poderia apresentar sentenças que sejam ambíguas escritas mas distintas na língua falada? Da mesma forma, há sentenças ambíguas na língua falada, que não o sejam na escrita? (Como esta questão de transferência de meio é afetada (a) por diferenças de sotaque e dialeto e (b) por se reconhecer devidamente a distinção entre componentes lingüísticos e não-lingüísticos?)
8. Como sua língua se compara, a outras de seu conhecimento, em relação ao elo que existe entre ortografia e pronúncia? Quais os argumentos contra e a favor de uma reforma ortográfica?
9. Apresente alguns exemplos do dia-a-dia ilustrando a transmissão da língua escrita pelo canal vocal-auditivo, e por outro lado, da transmissão da língua falada por meio da escrita.
10. "Se eu mudar a pronúncia do meu nome a lei não se incomoda...; mas se mudar a grafia..., devo ir a um tribunal para legitimá-lo. E os advogados têm 100% da opinião pública a seu favor..." (Householder, 1971:353; v. também Hockett, 1958:549). Normalmente é mesmo apenas a língua escrita que goza de reconhecimento legal?
11. Que outros tipos de não-arbitrariedades existem nas línguas naturais além da onomatopéia?
12. Haverá alguma conexão necessária entre **dualidade e significação**?

13. Explique o que se quer dizer com **descontinuidade** com respeito à (a) escrita e (b) à fala.
14. Que distinção, se houver, você estabeleceria entre **produtividade** e **criatividade**?
15. “O paralelismo mais extenso e impressionante é o que há entre a linguagem e a dança das abelhas, que compartilham ambas de produtividade, um certo deslocamento, e uma certa especialização” (Hockett, 1958:581). Discuta.
16. “todos os seres humanos normais adquirem a linguagem, enquanto que a aquisição de até mesmo os mais primitivos rudimentos lingüísticos está totalmente fora da capacidade de um chimpanzé, senão por isso, inteligente” (Chomsky, 1972a:66). Tal asserção foi falsificada pelos recentes trabalhos realizados com estes animais?
17. “Tanto as crianças surdas quanto os chimpanzés aprendem seu primeiro sinal muito antes que as crianças normais digam a primeira palavra, o que sustenta a noção de que ontogeneticamente e filogeneticamente estamos equipados para uma linguagem gestual antes de estarmos equipados para falar” (Linden, 1976:72). Discuta.
18. Os sistemas de sinalização usados pelos surdos têm o direito de se chamar língua natural ou não?
19. Geralmente, como se diferenciam sotaques de dialetos? Que sentido podemos dar, como lingüistas, à afirmação de que (a) um estrangeiro e (b) um nativo “não têm sotaque”? (Tais perguntas podem ser discutidas de um ponto de vista não técnico, agora, mas ver 9.2.)
20. “Há lugar para dialetos regionais e para o inglês da Rainha. O lugar do sotaque regional é onde ele nasceu; é adequado ao bar da esquina, ao campo de futebol, aos bailes da cidadezinha. O inglês da Rainha é para uma emissão da BBC sobre o Existencialismo, o coquetel, a entrevista para um melhor emprego” (Burgess, 1975:16). Discuta.